

Fundo de
Investimento do
Fundo de Garantia
do Tempo de
Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	6
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	7
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	8



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 2856-5300, Fax 55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Cotista e à Administradora do
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS ("Fundo"), administrado pela Caixa Econômica Federal, que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme notas explicativas nº 4 a 6, em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$ 21.655.965 mil, dos quais, R\$ 4.118.587 mil (nota explicativa nº 13.c), são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como "Lava Jato". Os relatórios dos auditores independentes daquelas entidades, que representam parte relevante dos investimentos, contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as suas demonstrações financeiras, ou ênfase relacionada a operação "Lava Jato". Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos investimentos apresentados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2015, assim como nos elementos componentes da demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da CVM.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório de auditoria com modificações em 22 de maio de 2015, em razão do fundo ter reconhecido integralmente o valor a receber da opção de venda de ações, registrando resultado positivo no exercício de 2013 de R\$ 445.176 mil, com base em avaliação realizada pelo Administrador e Gestor do Fundo, cujo valor foi subsequentemente homologado judicialmente. Não foi praticável a época determinar a parcela do resultado reconhecida no exercício de 2013, apresentado para fins de comparativos naquela demonstração financeira. Esse assunto referia-se exclusivamente as cifras de 2013, apresentados para fins de comparação, e não tem impacto no ativo, patrimônio líquido e resultado do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 9 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS**

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2015

Aplicações - Especificações	Espécie/ Tipo	Quantidade	realização R\$ mil	patrimônio líquido
Disponibilidades			<u>1</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			<u>6.597.690</u>	<u>21,35</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série B		543.919	1.382.238	4,47
Letras do Tesouro Nacional		7.602.484	5.215.452	16,88
Debêntures não conversíveis em ações (nota explicativa nº 4)			<u>13.036.501</u>	<u>42,17</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	4.130.546	13,36
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	2.334.823	7,55
Porto do Açú Operações S.A.		750.000	1.183.972	3,83
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	1.149.056	3,72
Teles Pires Participações S.A.		65.000	854.169	2,76
NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	657.205	2,13
Brasil Term Participações S.A.		1	530.806	1,72
Alupar Investimentos S.A.		300	387.610	1,25
Ligth Energia S.A.		30	27.785	0,09
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		470	435.303	1,41
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	400.759	1,30
All - América Latina Logística Malha Sul - SA		1	176.883	0,57
All - América Latina Logística Malha Paulista - SA		1	176.883	0,57
All - América Latina Logística Malha Norte - SA		1	176.883	0,57
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	118.772	0,38
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	110.561	0,36
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	108.662	0,35
Odebrecht TransPort S.A.		7.950	75.823	0,25
Cotas de fundos (nota explicativa nº 5)			<u>2.274.042</u>	<u>7,36</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000,000000	778.223	2,52
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.100.232.425,9250700	718.862	2,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste		641,2677015	646.524	2,09
Fundo de Investimento em Participações Sondas		633.948.080,0000040	275.010	0,89
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,0000000	101.169	0,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT		200.000,0000000	28.589	0,09
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística		2.500,0000000	675	0,00
Provisão para Redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas		633.948.080,0000040	(275.010)	(0,89)
Ações sem cotação em bolsa (nota explicativa nº 6)			<u>6.345.422</u>	<u>20,54</u>
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.285.652	4,16
Odebrecht TransPort S.A.	ON	64.400.045	2.031.417	6,57
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593	1.201.885	3,89
Energimp S.A.	ON	460.437.026	166.679	0,54
Cone S.A.	ON	35.099.302	521.818	1,69
MDCPar S.A.	ON	3.757.260	304.806	0,99
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	239.826	0,78
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	217.181	0,70
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	104.814	0,34
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	135.088	0,44
Ijuí Energia S.A.	PN	42.041.590	35.589	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	39.352.128	44.074	0,14
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	22.637	0,07
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	19.589	0,06
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	14.367	0,05
Ações com cotação em bolsa (nota explicativa nº 7)			<u>384.545</u>	<u>1,24</u>
Alupar Investimentos S.A.		29.243.000	384.545	1,24
Ações preferenciais resgatáveis			<u>271.967</u>	<u>0,88</u>
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	271.967	0,88
Valores a receber			<u>2.023.139</u>	<u>6,55</u>
Valores a receber - Energisa S.A. (nota explicativa nº 8)			724.435	2,34
Dividendos e bonificações a receber			101.576	0,33
Outros valores a receber - OAS S.A. (nota explicativa nº 9)			227.816	0,74
Outros valores a receber - Sete Brasil Participações S.A. (nota explicativa nº 10)			2.840.213	9,19
Provisão para Redução ao valor recuperável - Sete Brasil Participações S.A.			(1.870.901)	(6,05)
Total do ativo			<u>30.933.307</u>	<u>100,09</u>
Valores a pagar			<u>28.610</u>	<u>0,09</u>
Ações a liquidar			4.141	0,01
Taxa de administração			23.992	0,08
Auditoria e custódia			477	-
Patrimônio líquido			<u>30.904.697</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido			<u>30.933.307</u>	<u>100,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Demonstração da evolução do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas)

	2015	2014
Patrimônio líquido no início do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada	31.871.416	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada		28.606.510
Cotas emitidas no exercício:		
790.675.995,493 cotas	-	1.200.000
Patrimônio líquido antes do resultado	<u>31.871.416</u>	<u>29.806.510</u>
Resultado do exercício		
Receitas/Despesas ativos financeiros	<u>476.660</u>	<u>1.909.679</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	702.640	539.849
Rendas de Ativos Financeiros	1.731.694	1.743.962
Provisão para redução ao valor recuperável - Debêntures	(1.682.664)	(188.237)
Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento	(275.010)	(185.895)
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	<u>(1.204.647)</u>	<u>381.777</u>
Dividendos	80.004	106.604
Resultado nas negociações	1.414	132.448
Ajustes de Provisão para redução ao valor recuperável	(468.010)	120.112
Valorização/desvalorização a preço de mercado	(111.064)	66.278
Equivalência patrimonial	(706.991)	(43.665)
Outras receitas/despesas operacionais	<u>34.166</u>	<u>29.577</u>
Rendas de valores a receber	37.774	36.927
Outras despesas operacionais	(3.608)	(7.350)
Despesas	<u>(272.898)</u>	<u>(256.127)</u>
Taxa de administração	(272.127)	(255.278)
Auditoria e custódia	(709)	(646)
Taxa de fiscalização CVM	(52)	(43)
Serviços técnicos especializados	(10)	(160)
Total do resultado do exercício:	<u>(966.719)</u>	<u>2.064.906</u>
Patrimônio líquido no final do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada	<u>30.904.697</u>	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada		<u>31.871.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da

carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2 Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

c.3 Títulos públicos federais

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos.

Ativos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- **Títulos para negociação:** incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;

que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e

que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

c.4 Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5 Provisão para redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma provisão para redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa reversão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a

data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.7 Ações de companhias abertas

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2015 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2015	Valor em 31/12/2014	Valor da emissão	Data de emissão	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	4.130.546	4.596.296	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.182.643	1.006.945	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.152.180	975.237	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(c)	1.149.056	1.048.114	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Porto do Açu Operações S.A.	(d)	1.183.972	988.991	750.000	15/09/2012	15/08/2033
Teles Pires Participações S.A.	(e)	854.169	826.845	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(f)	435.303	474.091	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(g)	27.785	30.261	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Brasilterm Participações S.A.	(h)	530.806	440.668	400.312	07/04/2014	07/12/2024
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	400.759	363.008	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(j)	387.610	350.588	300.000	30/05/2012	30/05/2027
MRS Logística S.A.	(k)	-	195.760	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(m)	110.561	123.761	171.000	03/04/2009	03/04/2024
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(n)	118.772	119.334	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(o)	108.662	111.769	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(p)	75.823	86.824	75.702	14/11/2013	15/10/2025
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(q)	657.205	-	610.000	10/04/2015	15/08/2020
TOTAL		13.036.501	12.263.255	14.273.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu status de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

c. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

d. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra - RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na companhia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social.

Em 01 de setembro de 2014 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a alteração da razão social da companhia, de LLX Açu Operações Portuárias S.A. para Porto do Açu Operações S.A.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

f. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,3 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

g. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

h. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a Brasilterm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

i. ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão são utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

j. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 3 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

k. MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Em 02 de setembro de 2015 a MRS Logística S.A. optou por exercer o direito de resgate antecipado da totalidade das debentures, pagando ao Fundo o valor de R\$ 165.717 correspondente ao saldo devedor integral da totalidade das debentures naquela data.

l. ALL - América Latina Logística S.A.

(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL - América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

m. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

n. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do

Estado do Ceara, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

o. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

p. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

Está nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa n 6.2.a.

q. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra -

Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

5 Fundos Investidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Fundo possui o montante de 2.274.042 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	R\$ mil	
	2015	2014
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento (i)	778.223	698.148
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia (ii)	718.862	914.267
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (iii)	646.524	645.748
Fundo de Investimento em Participações Sondas (iv)	275.010	641.017
Provisão para redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas	(275.010)	(185.895)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (v)	101.169	100.972
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT (vi)	28.589	44.150
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração (vii)	675	2.009
Total:	2.274.042	2.860.416

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento

O Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo possui em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 90.600 mil, equivalente a 11,64% do seu patrimônio em ações da Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. (“companhia investida”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 7 de abril de 2016, opinando que as demonstrações das companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a sua posição patrimonial e financeira. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia investida faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

(ii) Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2007 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do Fundo. O fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de custo de aquisição. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2016, opinando que as demonstrações da companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MESA. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal envolvendo certos acionistas indiretos da Companhia e determinados executivos desses acionistas indiretos, não sendo possível naquele momento determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e consequências futuras na companhia investida.

O auditor da companhia investida esclarece ainda que a MESA possui um conjunto de mecanismo e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas da Lei 12.846/13 e, assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres da distorção relevante.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina - se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Sondas

O Fundo de Investimento Participações Sondas (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, as operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia”), as quais estão avaliadas pelo método de custo de aquisição. Até a conclusão deste relatório, as demonstrações financeiras da companhia investida ainda não haviam sido concluídas.

Em decorrência dos eventos envolvendo a companhia, descritos na NE nº 10, a Administradora reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável na totalidade do investimento em cotas do FIP Sondas, representando o saldo total de R\$ 275.010, reconhecido na rubrica Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento.

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2008 e destina-se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 93% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(vi) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT foi constituído em 25 de agosto de 2008 sob forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 11 de março 2009, com prazo determinado de duração de 104 meses, contados da primeira data de emissão das cotas. O prazo do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Cotistas. O Fundo é destinado a investidores qualificados, a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04 habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS.

O Fundo investe aproximadamente 77% do seu patrimônio em Direitos Creditórios a Performar referente a direitos creditórios dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR”) e os direitos creditórios dos contratos de transmissão que não tenham sido efetivamente adquiridos pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT.

(vii) Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística

O Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 12 de agosto de 2014. O Fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados da data de integralização inicial, podendo a ser prorrogado por até 3 anos. O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe 100% do seu patrimônio em aplicações interfinanceiras de liquidez.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

O Fundo investe em empresas de capital fechado cujas ações não são cotadas em bolsa de valores, nem suas debêntures negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo. As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir.

**Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e de 2014

Posição acionária

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2015			2014		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	1.413.854.823	-	15,90%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	510.551.593	-	30,00%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,01%	3.757.260	-	47,01%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	179.681	-	40,81%
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	2.857.143	-	22,22%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	90.000.000	-	45,00%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	39.352.128	47,99%	-	40.991.800	49,99%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	1.309.916	3.850.044	39,00%

6.1 Composição das investidas em 2014

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas conforme quadros abaixo:

Empresas	31 de dezembro de 2014			
	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2014
Cone S.A.	623.996	280.119	(38.386)	865.727
Energimp S.A.	362.178	151.274	-	513.455
OAS Óleo e Gás S.A.	68.440	19.304	-	87.745
Odebrecht TransPort S.A.	1.084.888	1.279.480	-	2.364.368
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	-	-	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	596.833	564.242	-	1.161.075
Foz do Rio Claro Energia S.A.	39.587	-	-	39.587
Hidrotérmica S.A.	80.751	91.273	-	172.025
Ijuí Energia S.A.	31.937	-	-	31.937
J Malucelli Energia S.A.	90.983	178.638	(24.170)	245.451
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	95.020	-	-	95.020
MDCPAR S.A.	131.516	168.620	-	300.137
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	-	-
Brado Logística e Participações S.A.	126.158	284.223	-	410.381
VLI S.A.	1.312.249	(77.012)	-	1.235.237
TOTAL 2014	4.644.536	2.940.161	(62.556)	7.522.142

6.2 Movimentação dos investimentos em 2015

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2015 conforme quadros abaixo:

Empresas		Movimentação investimento 2015			Saldo Contábil em 31/12/2015
		Saldo Contábil em 31/12/2014	Ajuste de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2015	
Odebrecht TransPort S.A.	(a)	2.364.368	-	(332.951)	2.031.417
VLI S.A.	(b)	1.235.237	-	50.415	1.285.652
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(c)	1.161.075	-	40.809	1.201.884
Cone S.A.	(d)	865.727	(16.979)	(326.930)	521.818
MDCPAR S.A.	(e)	300.137	-	4.669	304.806
J Malucelli Energia S.A.	(f)	245.451	20.776	(26.401)	239.826
Brado Logística e Participações S.A.	(g)	410.381	(182.148)	(11.052)	217.181
Energimp S.A.	(h)	513.452	(288.437)	(58.336)	166.679
Hidrotérmica S.A.	(i)	172.025	-	(36.938)	135.087
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(j)	95.020	(1.222)	11.016	104.814
OAS Óleo e Gás S.A.	(k)	87.745	-	(31.151)	56.594
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(l)	39.587	-	6.207	44.075
Ijuí Energia S.A.	(m)	31.937	-	3.652	35.589
TOTAL 2015		7.522.142	(468.010)	(706.991)	6.345.422

a. *Odebrecht TransPort S.A.*

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de abril de 2016 com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades. Adicionalmente, o auditor incluiu uma ênfase em seu relatório, em razão da companhia possuir excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, o que suscita dúvida substancial sobre a continuidade operacional da companhia.

b. *VLI S.A.*

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 19 de março de 2016 contendo parágrafo de ênfase relativa a possíveis mutações patrimoniais decorrentes de devolução de determinados trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atualmente. De acordo com a administração da Companhia essas possíveis mutações patrimoniais somente poderiam ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental S.A. foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, em 28 de abril de 2016, com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-

executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

d. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 29 de abril de 2016.

e. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 31.137 mediante a emissão de 1.411.377 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 536.323 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 31.128 O Fundo integralizou os recursos na companhia em 13 de junho de 2014.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 49.628 mediante a emissão de 2.861.732 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 1.087.458 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 49.610. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 27 de novembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que foram emitidas em 31 de maio de 2016, sem modificação.

f. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 11 de fevereiro de 2016.

g. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL - América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga *reefer* e *dry*, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de março de 2016.

h. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016 com ressalvas em relação (i) à não obtenção da confirmação dos valores a receber e a pagar, assim como as transações efetuadas com as partes relacionadas no exercício findo nessa data; (b) devido à inexistência de garantias firmes sobre a realização dos valores a receber de fornecedor em recuperação judicial, o ativo não circulante, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior; (c) reavaliação das premissas adotadas no estudo de recuperabilidade do seu ativo intangível e até a data da emissão das demonstrações financeiras o referido estudo não foi concluído. A opinião

dos auditores apresenta ênfase relacionada às condições descritas no relatório que indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A controladora da Companhia está em processo de recuperação judicial, desta forma, o FI-FGTS, com base na avaliação para fins de imparidade registrou nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2015 provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ (288.437), relacionadas à sua participação na companhia.

i. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 26 de abril de 2016 com ressalva em relação a reclassificação de dívidas de longo prazo para o passivo circulante em virtude do descumprimento de alguns *covenants* vinculados a índices financeiros. A opinião dos auditores apresenta ênfase relativa a continuidade operacional da Companhia em virtude da possibilidade de vencimento antecipado de determinadas dívidas em virtude do descumprimento de alguns *covenants*.

j. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 20.908, mediante a emissão de 20.908.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.408.727 ações, no montante de R\$ 9.409, dos quais R\$ 717 foram integralizados em 30 de abril de 2014, R\$ 4.550 foram integralizados em 09 de maio de 2014, permanecendo o montante de R\$ 4.141 na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 17 de maio de 2016.

k. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, a companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás. A

área de atuação da companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 18 de março de 2016 que contém ressalva com relação a recuperabilidade de um recebível contra a acionista controladora, o qual é garantido por carta fiança, cujo pagamento está sendo contestado judicialmente, bem como a não conclusão dos trabalhos de auditoria de certas investidas da Companhia. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada a capacidade de efetuar novos aportes pela acionista controladora, haja vista aquele acionista estar em processo de recuperação judicial, bem como relacionadas a não conclusão, até a emissão da opinião dos auditores, da transferência de propriedade de determinadas SPE para as quais, segundo a OAS O&G houve comprometimento de aquisição da totalidade das ações pela Sete International Two. Na opinião dos auditores da OAS O&G tais apontamentos indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 82.000 e está representado por 82.000.000 ações nominativas, sendo 41.008.200 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

m. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2015 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 84.100 e está representado

por 84.100.000 ações nominativas, sendo 42.058.410 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

6.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios de 2014 e 2015, e, portanto não havendo distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato não havendo dividendos para serem distribuídos pela Companhia, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra os acionistas originais da Hidrotérmica. O saldo das ações preferenciais atualizado em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 271.967 (R\$ 246.709 em 2014) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 101.576 (R\$ 70.145 em 2014).

6.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa

Equivalência Patrimonial

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a maio de 2016. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado negativo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2015 monta a R\$ 706.991 (em 2014 resultado negativo de R\$ 43.665), e está registrado na rubrica “Equivalência Patrimonial”.

Valor recuperável dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2015 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresa especializada independente que considera o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 468.010 (em 2014 reversão de R\$ 120.112), sendo registrado contabilmente na rubrica de “Ajustes de provisão para redução no valor recuperável”.

Movimentação provisão para redução ao valor recuperável

Investida	31/12/2014	Ajuste valor recuperável	31/12/2015
Cone S.A.	(404.070)	(16.980)	(421.050)
J.Malucelli Energia S.A.	(24.170)	20.776	(3.394)
Brado Logística e Participações S.A.	-	(182.148)	(182.148)
Energimp S.A.	-	(288.437)	(288.437)
Logbrás Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	-	(1.222)	(1.222)
Total:	<u>(428.240)</u>	<u>(468.010)</u>	<u>(896.251)</u>

Investida	31/12/2013	Ajuste valor recuperável	31/12/2014
Cone S.A.	(515.997)	111.927	(404.070)
J.Malucelli Energia S.A.	(32.355)	8.185	(24.170)
Total:	<u>(548.351)</u>	<u>120.112</u>	<u>(428.240)</u>

Metodologia de avaliação

O valor econômico e em uso das companhias investidas, utilizados para analisar para fins de registro da provisão ao valor recuperável, foram baseados na participação dos seus ativos, cuja análise foi realizada considerando como metodologia a Abordagem da Renda através do uso do Fluxo de Caixa Descontado. O valor econômico e o valor em uso de cada ativo foram estimados com base nos seus respectivos fluxos de caixa futuros. Dessa forma, a análise do valor econômico e do valor em uso foi baseada na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O valor em uso conforme definido pelo CPC 01 “é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa”. Diferentemente do valor justo, que se baseia na perspectiva de participantes de mercado, o valor em uso é baseado nas perspectivas do atual dono do ativo. Adicionalmente, o valor em uso deve ser estimado para um ativo em sua condição atual, desta forma, foram considerados, para efeito de valor em uso, os projetos ou empresas que já possuem contratos assinados e, com os quais as companhias já estão comprometidas.

Para o cálculo da estimativa do valor das companhias em 31 de dezembro de 2015, foram considerados os principais procedimentos pelos especialistas:

- Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais dos Empreendimentos;
- Análise do mercado em que os Empreendimentos estão inseridos;
- Projeção dos demonstrativos financeiros dos Empreendimentos (demonstração de resultados e fluxos de caixas livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos) com base em informações disponibilizadas pela Administração e em análises de mercado;
- Cálculo da taxa de desconto que reflita adequadamente os riscos inerentes ao setor, sendo esta utilizada para trazer os fluxos de caixa livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos a valor presente;

- Estudo de Valor dos Empreendimentos através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Este método é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto; e
- Consolidação do valor dos Empreendimentos conforme participação de cada Holding e considerações dos ativos e passivos não operacionais dos Empreendimentos, das Holdings e Holdings intermediárias para obtenção do valor de 100% do capital da Empresa.

7 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.625.227, está representado por 461.243.596 (461.243.596 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 163.658.204 (163.658.204 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	Total de ações	(%)
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.000	6,34%	58.486.000	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	133.171.800	21,31%
Total	461.243.596	100%	163.658.204	624.901.800	100%

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2015 o montante de R\$ 35.092 (montante de R\$ 63.165 em 2014), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na Companhia.

Valor de mercado das ações - Composição das Units

Em 31 de dezembro de 2015 a participação do FI FGTS na companhia está representado por 29.243 units, valorizadas no preço de mercado de R\$ 13,15 por ação, totalizando o montante de 384.545.

8 Valores a receber - Eneqisa S.A.

A Eneqisa, por ora chamada de Investidor no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Eneqisa Paraíba, Eneqisa Sergipe e Eneqisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Eneqisa Minas Gerais e Eneqisa Nova Friburgo. A Cia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawatt-horas de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Eneqisa, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Eneqisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERQISA em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de julho de 2015 o Fundo recebeu o montante de R\$ 28.617, referente ao pagamento de juros previstos na operação. Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado do crédito é de R\$ 724.435 (em 2014 - R\$ 724.735).

9 Outros Valores a receber - OAS S.A.

A OAS S.A., e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Considerando que a emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR, o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social dessa companhia.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente a 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado que o Fundo tem a receber da OAS S.A., é de R\$ 227.816.

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

10 Outros Valores a receber - Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que

seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

Provisão para redução ao valor recuperável

Adotando uma postura conservadora e transparente, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FI-FGTS, reconheceu nas demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.870.901 (R\$ 188.237 em 2014) que representa a integralidade do saldo devedor das debêntures da Sete Brasil S.A. naquela data, deduzidos dos valores das garantias consideradas realizáveis. Os valores das garantias foram recebidos em evento subsequente, das ações do Banco do Brasil S.A.

Realização das garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo devedor das debentures da Sete Brasil totalizava R\$ 2.840.214, garantidas parcialmente pelo FGCN, dentre outras garantias. Diante da solicitação do vencimento antecipado das debêntures ocorrido em 2015, o FI-FGTS executiu as garantias prestadas, de maneira que o FGCN liquidou parcialmente o valor garantido ao Fundo mediante a transferência de ações do Banco do Brasil código de negociação BBAS3, conforme segue:

Data	Ações	Valor unitário	Total
11/02/2016	43.379.728	R\$ 13,69	R\$ 593.868
24/02/2016	19.818.376	R\$ 13,52	R\$ 267.944
10/05/2016	5.308.633	R\$ 20,25	R\$ 107.500
Total:	68.506.737		R\$ 969.313

Outras informações

Em 29 de abril de 2016 a companhia deu entrada no plano de recuperação judicial, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, ainda não havia sido deliberado pela aprovação do referido plano.

Até a conclusão deste relatório as demonstrações financeiras da companhia não haviam sido concluídas.

Vale ressaltar que em 29 de abril de 2016, último dia útil do último mês encerrado, o preço das ações do Banco do Brasil BBAS3 foi de R\$ 22,11. Sendo o FI-FGTS detentor de 68.506.737 dessas ações, o montante consolidado do valor de mercado da posição detida pelo FI-FGTS era de R\$ 1.514.684 o que representava um montante 56,26% maior do que o valor reconhecido dessas ações nas demonstrações financeiras do Fundo.

11 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a. 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e

- b.** 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instancias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

12 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a.** o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b.** o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,4925	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Total aportado até 31/12/2015	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS. Nos exercícios de 2015 e 2014 não houveram resgates deliberados pelo CCFGTS.

13 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de

energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

c. Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e quotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$ 21.655.965, dos quais, R\$ 4.118.587 são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”.

Tais situações incluem investimentos em: **a.** Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) e Odebrecht Ambiental Participações S.A. no montante de R\$ 2.031.417 e R\$ 1.201.885, respectivamente; **b.** Debêntures da OTP no montante de R\$ 75.823; e **c.** Cotas de fundos de investimento em participações: FIP Saneamento (R\$ 90.600) e FIP Amazônia (R\$ 718.862), cujos relatórios dos auditores contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades, ou ênfase relacionada a operação “Lava Jato”.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (ex. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” da CGU.

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

14 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi R\$ 272.127 (em 2014 - R\$ 255.278).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

15 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 32.981.524 (R\$ 30.587.167 em 2014) são os seguintes:

	<u>Taxa de Administração</u>		<u>Outras despesas</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
31 de dezembro de 2015	272.127	0,83	4.380	0,01
31 de dezembro de 2014	255.278	0,83	8.202	0,02

16 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

17 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

18 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2014	1,579932	7,05
31 de dezembro de 2015	1,532010	(3,03)

19 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

20 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

21 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

22 Partes relacionadas

Adicionalmente, as informações apresentadas na nota explicativa nº 12 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2015 um montante de R\$ 23.992 (2014 - R\$ 23.835) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 272.127 (2014 - R\$ 255.278).

23 Eventos subsequentes

Em 11 e 24 de fevereiro de 2016 o Fundo recebeu respectivamente 43.379.728 e 19.818.376 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo adquiriu 267.393,188171 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$ 175, integralizadas em 3 março de 2016.

O Fundo adquiriu 59.597.781,581985 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$ 38.922, integralizadas em 7 março de 2016.

Em 20 de abril de 2016 ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Alupar S.A., a qual deliberou, entre outras matérias, pela bonificação em ações aos acionistas da Companhia e consequente aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de parte da reserva de investimento da Companhia, desta forma o Fundo passou a deter 31.143.795 *units* daquela companhia.

Em 20 de abril de 2016 ocorreu reunião do Comitê de Investimentos do FIP Sondas o qual aprovou a autorização à Sete Brasil Participações S.A. para apresentação de pedido de recuperação judicial da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas. Em 29 de abril de 2016 a companhia protocolou junto à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital Rio de Janeiro/RJ, o pedido de recuperação judicial, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, ainda não havia sido deliberado o deferimento do pedido pelo Meritíssimo Juízo.

Em 6 de maio de 2016 o Fundo adquiriu 699,9 cotas do da segunda emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV Energisa Centro Oeste, no montante de R\$ 699.900, integralizadas na mesma data.

Em 10 de maio de 2016 o Fundo recebeu 5.308.633 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo integralizou em 16 de maio de 2016 o montante de R\$ 112 no Fundo de Investimento em Participações Sondas, referentes a 112.013 cotas.

* * *

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP